



O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO COMO MEIO DE ALCANCE PARA A IGUALDADE SOCIAL¹

Andressa Militz Machado²
Luiza Veiga Londero³
Candisse Schirmer⁴
Olinda Barcellos⁵

RESUMO

A presente pesquisa tem como proposta a igualdade sob um olhar econômico da Constituição da República Federativa de 1988 (CRFB/88) e busca verificar qual o caminho a ser percorrido para que esse objetivo seja alcançado, visto que, a igualdade se constitui como um dos objetivos fundamentais do Art. 3º, inciso IV, CRFB/88. Para tanto, traz-se à baila que a Constituição contempla viés econômico e o desenvolvimento nacional. Pelo pleno emprego, onde os agentes econômicos fazem o mecanismo da economia do país girar, consegue-se proporcionar a dignidade da pessoa humana para os cidadãos, podendo assim, considerando a tamanha disparidade populacional do Brasil, alcançarmos uma igualdade no âmbito social e econômico. Pois, como bem disse Adam Smith: "o trabalho é a riqueza de uma nação". Serão utilizados o método de abordagem dedutivo que parte de um âmbito geral da Constituição Federal e segue, especificamente, para o âmbito econômico como fundo base da Carta Maior. E no método de procedimento, por sua vez, será utilizado o método histórico para demonstrar as mudanças sociais que ocorreram ao longo do tempo pelo direcionamento econômico. Por fim, o tipo de pesquisa utilizado será a bibliográfica, em artigos, sites, livros e nos Códigos vigentes. O presente trabalho segue a linha de pesquisa Constitucionalismo e Concretização de Direitos da FADISMA. Por fim, a pesquisa terá como resultado um produto que simbolizará o princípio da igualdade, disposto em nossa Carta Magna, aliando-se ao preceito de desenvolvimento nacional sob o âmbito econômico.

Palavras-chave: Constituição. Desenvolvimento. Dignidade. Igualdade.

¹ Curso de Direito da Faculdade de Direito de Santa Maria – FADISMA, disciplinas de Direito Constitucional I e Economia Política.

² Autora, acadêmica do segundo semestre do curso de Direito da Faculdade de Direito de Santa Maria – FADISMA. Estagiária residente no Instituto de Seguro Social - INSS. E-mail: andressa.militz00@gmail.com.

³ Autora, acadêmica do segundo semestre do curso de Direito da Faculdade de Direito de Santa Maria – FADISMA. Estagiária residente do Foro da Comarca de Santa Maria, na Vara de Execuções Criminais. E-mail: luizaveiga.londero@hotmail.com.

⁴ Autora, docente e Coordenadora de Ingresso e Permanência da FADISMA. Doutoranda em Diversidade Cultural e Inclusão Social da FEEVALE. Mestre em Direito pela UNISC. Email: candisseschirmer@gmail.com

⁵ Profª. Dra. da FADISMA; Escrivã de Polícia. E-mail: barcellos.olinda@gmail.com



Referências

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

QUATRIN, Denise Rossato et al. *Regulamento das Normas de Apresentação de Trabalhos Acadêmicos*. 4.ed. rev. e atual. Santa Maria: FADISMA, 2016.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; GARCIA, Manuel Enriquez. *Fundamentos de Economia*. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.